

TERRITORIAL



Esta seção busca fazer uma análise regionalizada de resultados socioeconômicos relevantes, bem como do impacto de políticas públicas. Em consequência da história e política de ocupação do país, as diferentes realidades regionais sofrem de maneiras distintas cada decisão de políticas nacionais e de interesses do capital, o que faz que por vezes uma simples observação de características comuns do território exponha resultados surpreendentes.

Ao longo de 2018 foram analisados diferentes temas, como desemprego, trabalho ambulante, eleições, meio ambiente e violência. Neste estudo de dezembro optou-se por sintetizar as temáticas de meio ambiente e violência, as quais podem passar por trágicas mudanças a partir de 2019.

A análise inicia buscando mostrar o perigo que o uso excessivo de agrotóxicos representa para a “mesa” do brasileiro (estudo 1). Em seguida, o estudo 2 apresenta a ameaça do desmatamento dos biomas, provocado em grande parte pelo avanço do agronegócio nestes territórios. O estudo 3, por fim, busca mostrar outra face da violência, provando estatisticamente que a violência policial age como propulsora de mais violência e assassinatos, o inverso do papel que deveria cumprir.

A evolução do uso de agrotóxicos de 2006 a 2017

Já são bem conhecidos os danos dos agrotóxicos aos produtores rurais que com eles lidam diretamente, aos consumidores, por meio dos resíduos nocivos que permanecem nos alimentos, e à natureza, com os consequentes danos aos ecossistemas.

Na Europa e nos Estados Unidos, apesar da grande força das multinacionais do setor, há um controle mais rígido sobre o quanto e quais agrotóxicos se pode usar. Já o Brasil passou a ser conhecido como o “Paraíso dos agrotóxicos”, quando se tornou o maior consumidor mundial destes produtos, de acordo com os Indicadores Ambientais Nacionais do Ministério do Meio Ambiente. Aqui, é permitido o uso de agrotóxicos que são proibidos em muitos outros países. Ações como a recente aprovação da “PEC do veneno” pela Câmara Federal apenas consolidam este triste caminho que estamos trilhando. Mundo afora existem diversos exemplos que poderiam ser seguidos no rumo de uma agricultura produtiva, mas também, mais saudável.

O aumento do uso dos agrotóxicos

A comparação dos dois últimos Censos Agropecuários realizados no país, em 2006 e 2017, demonstra que o número de estabelecimentos agropecuários reduziu-se em 2,5% neste período, mas que a área destes ampliou-se em 5%, o que aponta um aumento da concentração de terra no meio rural. Apesar desta redução

no número total de estabelecimentos, os que faziam uso de agrotóxicos aumentaram em 20,4%, indo de 1.396.077 em 2006 para 1.681.001 unidades em 2017.

Ao observar a tabela 1, percebe-se que, entre 2006 e 2017, os estados com maior crescimento no número absoluto de estabelecimentos agropecuários que utilizaram agrotóxicos foram Minas Gerais, com novos 62.683 estabelecimentos, que representavam 19,3% do total de novos estabelecimentos neste perfil, a Bahia,

com 36.076 e 11,1% e Espírito Santo, com 35.835 e 11%.

Ao observar os mesmos dados para igual período, no entanto considerando o crescimento relativo, nota-se que sete estados que apresentaram maior crescimento proporcional no uso de agrotóxicos em suas produções estavam localizados na Amazônia Legal, com crescimentos que variavam de 147,2% no Mato Grosso a 340,9% no Amapá.

Tabela 1. Estabelecimentos agropecuários que utilizaram agrotóxicos

Unidades da Federação	Nº de Estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos		Variação entre 2006 e 2017	
	2006	2017	Nº	%
Amapá	235	1.036	801	340,9
Acre	1.722	7.580	5.858	340,2
Roraima	644	2.423	1.779	276,2
Tocantins	5.524	15.086	9.562	173,1
Pará	16.376	43.889	27.513	168,0
Amazonas	3.730	9.272	5.542	148,6
Mato Grosso	19.436	48.048	28.612	147,2
Espírito Santo	30.180	66.015	35.835	118,7
Goiás	18.941	36.773	17.832	94,1
Maranhão	31.091	55.728	24.637	79,2
Minas Gerais	103.617	166.300	62.683	60,5
Rondônia	31.144	47.173	16.029	51,5
Bahia	89.809	125.885	36.076	40,2
Piauí	34.686	47.474	12.788	36,9
Mato Grosso do Sul	11.403	15.547	4.144	36,3
Distrito Federal	1.846	2.287	441	23,9
Sergipe	21.947	26.779	4.832	22,0
Alagoas	25.621	30.464	4.843	18,9
Ceará	112.154	128.913	16.759	14,9
Rio de Janeiro	13.736	15.773	2.037	14,8
Santa Catarina	124.256	129.362	5.106	4,1
Paraíba	50.806	52.227	1.421	2,8
São Paulo	78.072	76.791	-1.281	-1,6
Rio Grande do Sul	273.851	256.099	-17.752	-6,5
Paraná	202.758	189.310	-13.448	-6,6
Pernambuco	68.329	62.766	-5.563	-8,1
Rio Grande do Norte	24.163	22.001	-2.162	-8,9
Brasil	1.396.077	1.681.001	284.924	20,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017/IBGE.

No outro extremo da tabela 1 aparecem estados com variações negativas ou próximas a zero no uso de agrotóxicos por seus estabelecimentos agropecuários entre 2006 e 2017. No entanto, esta redução na prática não existiu, já que estes estados apresentaram variações negativas mais acentuadas no número total de estabelecimentos. Ou seja, na prática, o que ocor-

reu foi uma maior concentração de uso de pesticida nos estabelecimentos destes territórios. O único estado que demonstrou estabilidade neste quesito foi Pernambuco, onde apesar da redução de 7,9% no total de estabelecimentos agrícolas, apresentou redução de 8,1% nos com uso de agrotóxicos.

A proporção de uso de agrotóxicos

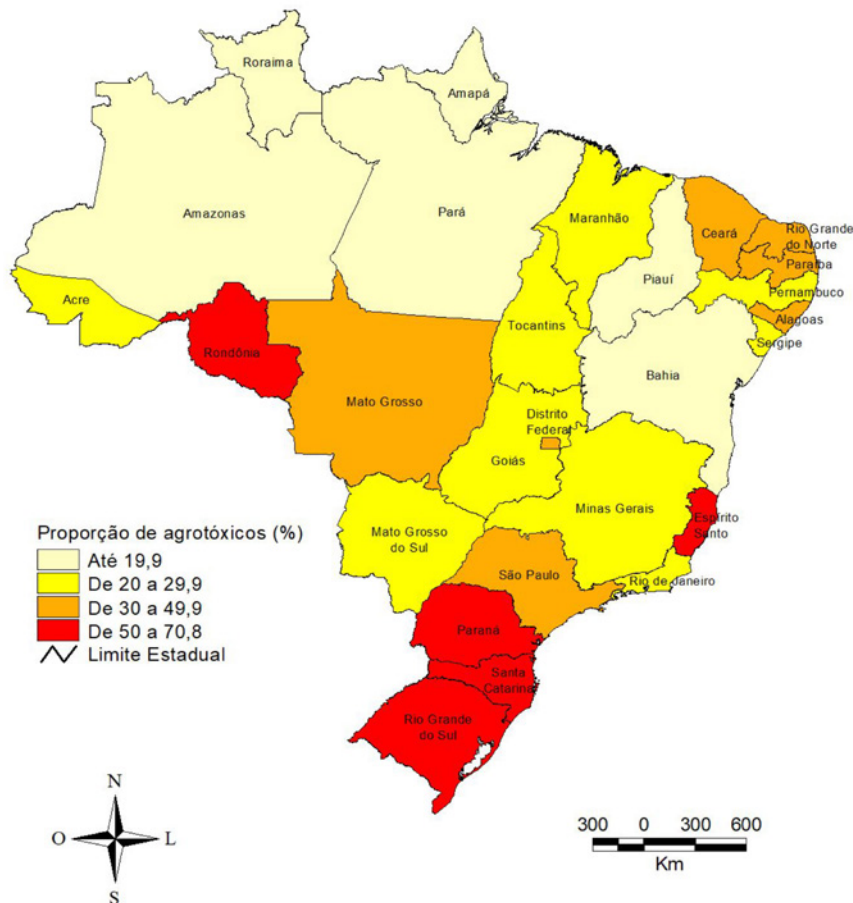
Muitas vezes, apenas o número de propriedades rurais não passa a noção completa do uso destes agentes químicos em nossa alimentação. Por conta disto, o Mapa 1 apresenta a proporção das propriedades que utilizaram agrotóxico pelos estados da federação brasileira em 2017, e nele notam-se situações de grande disparidade.

Cerca de cinco estados utilizaram agrotóxicos em mais de 50% de suas propriedades. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina os utilizaram em mais de 70% de suas propriedades agrícolas. Em Rondônia, na Amazônia,

esta proporção já é de 51,7%, devido, em grande parte, ao uso de agrotóxicos nas plantações de café e herbicidas nas crescentes áreas de pastagens.

O Sul vem utilizando proporcionalmente mais do que o dobro, ou o triplo, de agrotóxicos do que as outras regiões do país. Isto é particularmente preocupante pela importância da região na composição da mesa da população brasileira, pois sua agroindústria se destaca nacionalmente na produção de carnes e embutidos, trigo e derivados, óleos vegetais, creme de leite, legumes e verduras processadas, vinhos, sucos, doces e geleias.

Mapa 1. Proporção de empreendimentos agrícolas que utilizam agrotóxicos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017/IBGE.

O Mapa 1 também permite perceber que, felizmente, grande parte da Amazônia ainda apresenta as menores proporções de propriedades agrotóxicas. Algo que pode mudar, pois, se a proporção de crescimento atual deste perfil de propriedade se mantiver, em aproximadamente quinze anos teremos outra grande faixa vermelha do mapa neste outro extremo do país,

com este grandioso bioma apresentando significativas contaminações decorrentes.

A adubação química também é outra estratégia utilizada pelo agronegócio. No entanto, apesar de acelerar o desenvolvimento do solo e ser de mais prática aplicação, ela gera um rápido empobrecimento do solo e polui a rede hidrográfica da região com o despe-

jo excessivo de nutrientes, lixiviados do solo pela chuva ou irrigação, que proliferam algas. Estas por sua vez consomem muito oxigênio da água deixando-a passível de contaminação e gerando danos à fauna aquática local. Ela também pode gerar uma concentração maior de resíduos venenosos e de água nos alimentos, restringindo sua qualidade para a saúde, bem como seu sabor e nutrientes, além de deixá-los mais propícios à futuras contaminações até chegar ao consumidor.

Já a adubação orgânica, por ser elaborada com ingredientes orgânicos animais e/ou vegetais, se integra melhor ao solo e ao meio ambiente que o cerca, gera menos pragas e propicia também alimentos mais saudáveis e saborosos. Seus únicos contras são a maior dificuldade inicial de mensuração da quantidade a usar, dependendo do uso que o solo terá, e maior tempo para gerar resultados.

Uma mudança gradativa no uso de agrotóxicos e adubação química urge no Brasil. Aqui, o uso destas substâncias é excessivo, mesmo quando comparado a outros países, que conseguem obter produtividade similar ou superior, com maiores proporções de uso de compostos orgânicos ou técnicas agrícolas menos agressivas ao meio ambiente e aos alimentos em si. Segundo o “Relatório sobre o direito à alimentação”, da Organização das Nações Unidas (ONU), trata-se de um mito a afirmação de que o uso de pesticidas contribui para a erradicação da fome, sendo eles, ainda, prejudiciais à saúde e à alimentação. A publicação

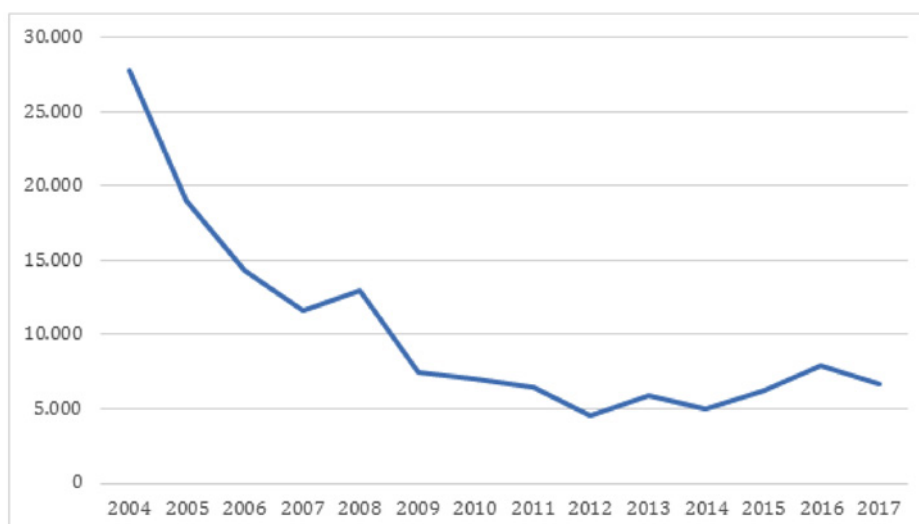
também defende que é possível alimentar as 9,6 bilhões de pessoas que devem habitar a terra em 2050 sem o uso destas substâncias.

Ameaças à redução do desmatamento no pós-golpe

O desmatamento é um problema que gera prejuízos à sociedade e ao meio ambiente. Além de provocar conflitos sociais pelo uso das terras, resultando em assassinatos nas disputas mais graves, também dá origem a perdas de áreas públicas, devido à grilagem para o desmatamento. A sua continuidade já gerou e ainda pode ocasionar boicotes comerciais de países importadores que defendem campanhas ambientais. Por fim, o desmatamento é um dos grandes responsáveis por emissões de gases de efeito estufa no Brasil, aumentando as mudanças climáticas e suas consequências.

O gráfico a seguir aponta a evolução do desmatamento na Amazônia Legal. Em uma série histórica do período 2004-2017 observa-se que o desmatamento vem diminuindo seu ritmo ao longo dos anos, especialmente entre 2004 e 2012. Em 2004, 27,7 mil km² foram desmatados, em oposição a 6,6 mil km² de floresta desmatada em 2017 na Amazônia Legal. Isso significa uma redução do ritmo de desmatamento em 76% no período de quatorze anos. Entre 2004 e 2012 houve tendência de redução do desmatamento mais acentuada, chegando a 86%. Nesse período, importantes medidas foram tomadas pelos governos Lula e Dilma para que se conseguisse diminuir o ritmo do desmatamento.

Gráfico 1 – A evolução do desmatamento na Amazônia Legal – 2004-2017



Fonte: Elaboração própria a partir de MCTIC/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

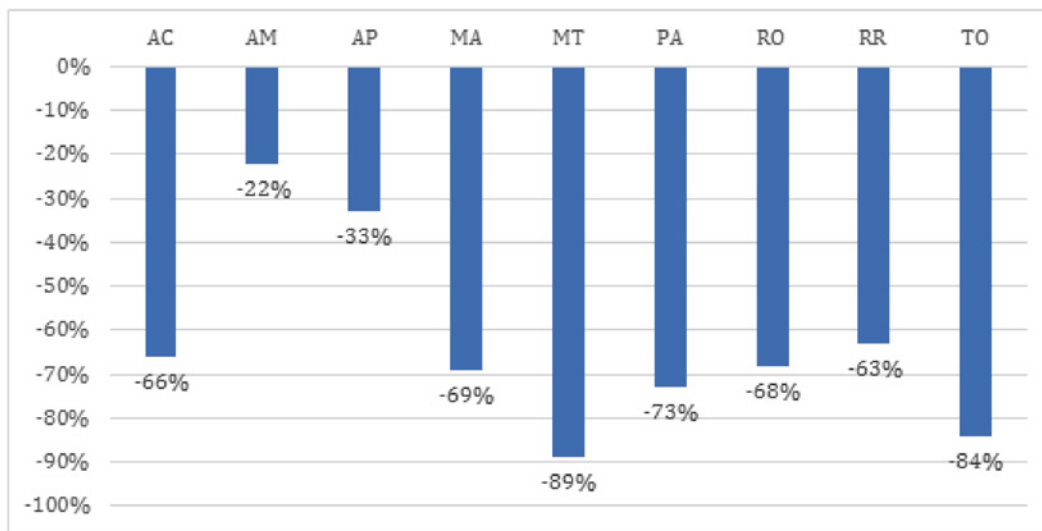
As medidas pela redução do desmatamento adotadas no período 2004-2012 foram abordadas no relatório “Desmatamento zero na Amazônia: como e por que chegar lá” elaborado Grupo de Trabalho de Desmatamento Zero, formado por oito organizações da sociedade civil - Greenpeace Brasil, ICV, Imaflora, Imazon, Ipam, Instituto Socioambiental, WWF Brasil e TNC Brasil.

Entre as medidas apontadas pelo relatório destacam-se a conservação, fiscalização, penas mais duras e restrição de crédito. No quesito conservação, as áreas protegidas na Amazônia aumentaram em 59,6 hectares entre 2003 e 2006. Em 2008, houve um maior rigor na fiscalização dos municípios com área de desmatamento intensa e os proprietários cujas terras foram ilegalmente desmatadas passaram a responder a penas como embargo de atividades e apreensão de bens. No mesmo ano, a Resolução nº 3545, de 29 de fevereiro de 2008 do Banco Central passou a estabelecer exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.

Depois de 2012, houve oscilações no ritmo de desmatamento, mas foi possível perceber que a tendência do período anterior foi modificada. Apesar da diminuição pontual de área desmatada entre 2016 e 2017, o relatório do Grupo de Desmatamento Zero apontou preocupações. Segundo as organizações, a queda seria um ponto fora da curva tendo em vista as medidas negativas tomadas pelo governo interino de Michel Temer.

O gráfico a seguir mostra a redução da área de floresta desmatada na Amazônia por Unidades da Federação. Observa-se que os dados do Mato Grosso apresentaram a maior queda de desmatamento no período, com uma redução de 89%. O Tocantins também apresentou uma redução importante de 84%. Caminhando em uma tendência de menor intensidade, os números do Amazonas indicaram uma queda menos acentuada do período, de apenas 22%. Os dados do Amapá também não atingiram um ritmo de redução significativo, manifestando 33% de queda.

Gráfico 2 - A evolução do desmatamento nas Unidades Federativas da Amazônia - 2004-2017



Fonte: Elaboração própria a partir de MCTIC/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Segundo o Grupo de Trabalho para o Desmatamento Zero, existe uma forma possível para se chegar à redução do desmatamento na Amazônia. Este caminho seria o resultado de ações governamentais, empresariais e da sociedade. O poder público seria responsável por políticas ambientais que tenham efetividade e durabilidade ao longo do tempo. As propostas do grupo incluem medidas mais eficazes de fiscalização e de

repressão da grilagem de terras, criação e manutenção de áreas protegidas e a melhoria da coordenação inter-federativa entre os estados e o governo federal.

Também seria papel do governo incentivar atividades sustentáveis. O poder público poderia contribuir por meio de incentivo ao extrativismo florestal sustentável. Além disso, o governo federal deveria apoiar

práticas agropecuárias que reduzem o desmatamento, estabelecendo prioridade de crédito rural para os municípios que reduzissem o desmatamento ao estabelecer metas. Idealmente, o crédito rural deveria ser alocado apenas via Programa ABC do Governo Federal, que é o programa de crédito rural para a agricultura de baixa emissão de carbono.

O setor privado, por sua vez, pode contribuir com o fim do desmatamento na Amazônia por meio do monitoramento da origem dos produtos comprados, boicotando aqueles oriundos desta prática. Além disso, as empresas podem apoiar os produtores rurais fornecedores a se adequarem às regras ambientais. De acordo com o grupo de trabalho Desmatamento Zero, também seria importante que as empresas fossem mais transparentes com a sociedade em relação a seus esforços sobre isso. Internacionalmente, as empresas e países que compram e investem no Brasil também deveriam ser responsabilizados pelas leis ambientais, boicotando aqueles que as infringem.

Desmatamento no pós-golpe

O período pós-golpe oferece preocupações devido ao novo rumo que o governo federal tomou para redução do desmatamento na Amazônia Legal. As medidas tomadas pelo governo federal e o Legislativo, com apoio do presidente interino, vêm favorecendo os ruralistas em detrimento do meio ambiente. O governo demonstra cada vez menos interesse em conservar a Amazônia Legal, afrouxando medidas que foram tomadas por governos petistas para fiscalizar e coibir o desmatamento ilegal.

Nesse sentido, são ameaças a essa tendência de redução do desmatamento leis e projetos de leis que ganham cada vez mais espaço com o fortalecimento dos ruralistas pelos golpistas. Desta maneira, destaca-se a Lei nº 13.465/2017, que facilita a regularização de terras provenientes da grilagem, ao possibilitar a extensão de prazo e subsídio de aproximadamente 21 bilhões aos grileiros pela concessão de descontos. Os Projetos de Lei 8.107/2017 e 3.729/2004, que tratam da redução da Floresta Nacional do Jamanxim e outras Unidades de Conservação, assim como da redução do rigor do licenciamento ambiental também podem ser consideradas ameaças.

Se o Brasil já foi liderança mundial na tomada de ações ambientais para a redução de mudanças climáticas, hoje essa posição se encontra fragilizada e o país corre o risco de perder mais da sua biodiversidade.

Violência policial como propulsora dos homicídios

Por muitos considerado como símbolo de eficiência policial, diante do aumento da criminalidade, o número de mortes cometidas por policiais mostra o descontrole da política de segurança pública brasileira. Em outros países com políticas de segurança pública mais eficientes, esta “postura ativa”, no linguajar policial brasileiro, é normalmente considerada reflexo de falta de comando e de treinamento policial para agir de forma inteligente e coordenada diante de uma situação crítica.

No período de 2015 a 2017 a taxa de homicídios (TH) do país cresceu de 29,9 a 30,8 mortes por cem mil habitantes. Com o crescente número de assassinatos nos últimos anos (63.895 somente em 2017), o Brasil se tornou o país onde mais se mata pessoas no mundo. A taxa de homicídios brasileira está entre as quinze maiores do planeta.

O crescimento da TH possui também vínculo com a expansão do PCC (Primeiro Comando da Capital) nas regiões Nordeste e Norte. No entanto, infelizmente, não seria surpreendente se entre os 5.159 assassinados pela polícia em 2017, existissem centenas de Amarildos. O fracasso no combate às facções criminosas também demonstra a precariedade da atual política de segurança pública nacional, baseada em ações desproporcionalmente violentas nas ruas, no encarceramento em massa e maus tratos dentro do sistema prisional, que acaba por arremeter ainda mais integrantes a estas facções.

Mesmo o aumento de 133,2% da mortalidade por policiais desde 2013 não conseguiu reduzir a taxa de homicídios nos últimos anos. Apenas entre 2015 e 2017, a THIP (Taxa de Homicídios por Intervenção Policial) elevou-se em 56,2% (de 1,6 para 2,5), enquanto a TH cresceu 6,6% (de 28,9 para 30,8).

Por comparação simples pode-se perceber na tabela 2 que na grande maioria dos estados onde a violência policial letal aumentou, a violência não se reduziu, muito pelo contrário. Entre 2015 e 2017, nos estados do Ama-

pá, Acre e Rio de Janeiro, os três onde a THIP mais cresceu, a TH cresceu 41,1%, 136,7 e 32% respectivamente.

Por outro lado, em Rondônia e no Mato Grosso do

Sul, onde a violência policial reduziu em 0,4 pp e 0,1 pp respectivamente, a TH também se reduziu, em 5,8pp e 3,1 pp.

Tabela 2. Taxas de Homicídio (TH) e Taxa de Homicídios por Intervenção Policial (THIP)

Unidades Federativas e Brasil	Taxa de homicídios cometidos por policiais - 2015	Taxa de homicídios cometidos por policiais - 2017	Taxa de Homicídios 2015	Taxa de homicídios 2017	Varição da taxa de homicídios cometidos por policiais entre 2015 e 2017	Varição da taxa de homicídios entre 2015 e 2017
Amapá	2,6	8,5	38,2	53,9	5,9	15,7
Acre	1,2	4,6	27	63,9	3,4	36,9
Rio de Janeiro	3,9	6,7	30,6	40,4	2,8	9,8
Tocantins	0,7	3,0	33,2	26,6	2,3	-6,6
Pará	2,4	4,6	45	53,4	2,2	8,4
Bahia	2,3	4,4	39,5	45,1	2,1	5,6
Sergipe	1,9	3,9	58,1	55,7	2,0	-2,4
Goiás	2,1	3,9	45,3	39,3	1,8	-6,0
Rio Grande do Norte	2,2	4,0	44,9	68	1,8	23,1
Alagoas	2,9	4,2	52,3	56,9	1,3	4,6
Pernambuco	0,5	1,3	41,2	57,3	0,8	16,1
Ceará	1	1,8	46,7	59,1	0,8	12,4
Espírito Santo	0,6	1,0	36,9	37,4	0,4	0,5
Paraíba	0,4	0,7	38,3	31,9	0,3	-6,4
Mato Grosso	0,2	0,5	36,8	31,5	0,3	-5,3
Piauí	0,6	0,9	20,3	20,2	0,3	-0,1
Minas Gerais	0,5	0,8	21,7	19,6	0,3	-2,1
Maranhão	1,3	1,6	35,3	29,4	0,3	-5,9
Santa Catarina	0,9	1,1	14	16,5	0,2	2,5
Rio Grande do Sul	1	1,2	26,2	26,7	0,2	0,5
São Paulo	1,9	2,1	12,2	10,7	0,2	-1,5
Amazonas	0,8	1,0	37,4	31,3	0,2	-6,1
Roraima	1	1,1	40,1	44	0,1	3,9
Paraná	2,2	2,3	26,3	22,6	0,1	-3,7
Distrito Federal	0,3	0,3	25,5	18,2	-0,0	-7,3
Mato Grosso do Sul	1,5	1,4	23,9	20,8	-0,1	-3,1
Rondônia	0,5	0,1	33,9	28,1	-0,4	-5,8
Brasil(total)	1,6	2,5	28,9	30,8	0,9	1,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública/Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Versão do documento: retificação de setembro de 2018.

A Tabela 3 resulta de um agrupamento dos resultados da variação das TH e THIP por faixa de variação da THIP entre 2015 e 2017. A categoria que abarca os estados da federação que tiveram uma variação superior a dois pontos percentuais neste quesito apresentou variação média da THIP de três pp e uma variação média da TH de 9,6 pp. A segunda categoria,

que abarca a faixa de um a 1,9 pp de crescimento da THIP, apresentou crescimento médio de 1,6 pp neste quesito e 7,2 pp na Taxa de Homicídios. Estes resultados reforçam a hipótese, a ser estatisticamente testada adiante, de que, quanto mais cresce a violência policial, pior fica a segurança pública da população brasileira.

Tabela 3. Resumo do modelo estatístico

Faixa de variação da taxa de homicídios cometidos por policiais entre 2015 e 2017	Média da variação da taxa de homicídios cometidos por policiais entre 2015 e 2017	Média da variação da taxa de homicídios entre 2015 e 2017
Acima de 2 pp	3,0	9,6
Entre 1 e 1,9 pp	1,6	7,2
Entre 0,1 e 0,9 pp	0,3	0,3
Inferior ou igual a zero	-0,2	-5,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Tabela 1 deste documento.

A categoria mais diversa de resultados é a de estados com variação positiva da THIP até 0,9 pp entre 2015 e 2017. Com a média da variação de ambas variáveis em 0,3, pode-se supor que o aumento mais sutil da violência letal policial possui baixa ou muito baixa influência nos resultados da TH.

Por fim, pode-se observar um resultado alvissareiro: os três estados que apresentaram redução da violência policial no período analisado, também obtiveram redução nas respectivas taxas de homicídio, em média de 5,4 pp.

Modelo estatístico

Para verificar e mensurar esta tese, analisaram-se diretamente as duas variáveis de oscilação das THIP e TH entre 2015 e 2017, como disposto na Tabela 2. A hipótese estatisticamente testada é que as oscilações da variável independente “Variação da THIP” influenciam diretamente as oscilações da variável dependente “Variação da TH”. Para tal foi elaborado inicialmente um histograma de dispersão, que apontou a relação linear entre as duas variáveis citadas. Em seguida foram utilizadas as técnicas de “Coeficiente de Correlação de Pearson” e “Regressão Linear”.

Tabela 4. Resumo do modelo estatístico

R (correlação de Person)	R quadrado	Erro padrão da estimativa	Significância	Durbin-Watson
0,588	0,346	8,733	0,001	1,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Tabela 1 deste documento.

A tabela 4 apresenta uma síntese dos resultados destes cálculos. O Coeficiente de Correlação de Pearson de 0,588 comprova a associação entre as variáveis. A significância de 0,001 e o indicador de outliers Durbin-Watson mensurado em 1,4 garantem a alta confiabilidade deste resultado.

No entanto o indicador mais expressivo desta tabela é o “R quadrado”, ele indica objetivamente que os resultados da variável “Variação da THIP” (onde 88,9% dos resultados apontam para o aumento da letalidade policial) influenciam em 34,6%, no mesmo sentido, os resultados da variável “Variação da TH”, sejam para aumentá-la ou reduzi-la. Tal resultado permite dizer que, a cada três homicídios cometidos por policiais, um ou-

tro (34,6%) ocorre em consequência. Desta forma fica confirmada a tese de que o aumento excessivo dos homicídios cometidos por policiais acaba por gerar ainda mais assassinatos em retorno a estas ações.

E este é apenas um dos resultados que demonstram a prioridade que devem merecer outras políticas de segurança pública em detrimento da atual prática da violência policial, seja na reforma do sistema penitenciário, no uso da inteligência para prevenção da violência, na alteração das políticas de redução de homicídios ou combate à drogadição e no investimento de qualificação e valorização do profissional de segurança do país.